

POLICLINICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLORIA

Estudo Técnico Preliminar 7/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63065000021202638

2. Descrição da necessidade

2.1 Trata-se de serviço contínuo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, destinado à prestação de serviços de coleta, transporte externo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e de serviços de saúde (RSS) dos Grupos A (infectantes), B (químicos), D (comuns) e E (perfurocortantes), gerados na Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG), em conformidade com a legislação vigente. A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública e à manutenção dos recursos naturais.

2.2 O gerenciamento deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC ANVISA nº 222/2018, que estabelece as boas práticas de gerenciamento sob a ótica sanitária. A prestação abrange o fornecimento de embalagens e equipamentos em regime de comodato, essenciais para a movimentação segura dos resíduos e o suporte às atividades-fim das Organizações Militares envolvidas.

2.3 A correta destinação dos resíduos dos Grupos A, B, D e E é atividade essencial para a higiene hospitalar e segurança ambiental. A descontinuidade do serviço acarretaria riscos graves de contaminação e proliferação de vetores, comprometendo a integridade de pacientes e servidores, especialmente diante da microbiota hospitalar.

2.4 Atualmente, tais serviços são amparados pelos Contratos nº 65704/2025-006/00 e 65704/2025-007/00; contudo, faz-se necessária uma nova contratação para adequação ao regime da Lei nº 14.133/2021 e para assegurar a perenidade operacional das unidades.

2.5 Por se tratar de serviço de natureza contínua, eventual interrupção poderia comprometer as condições de higiene e segurança ambiental das unidades, tornando a contratação imprescindível. Assim, é necessária a contratação de empresa especializada, com pessoal capacitado, para a execução dos serviços de coleta e destinação de resíduos. A execução ocorrerá em Organização Militar com acesso controlado, observando as normas da ANVISA e do INEA/RJ.

2.6 O tratamento e a disposição final ocorrerão exclusivamente em unidades licenciadas pelo órgão ambiental competente, sem ônus adicional para a contratante, garantindo a mitigação de passivos ambientais. Ressalte-se que a segregação dos resíduos no momento da geração permanece sob responsabilidade da PNNSG (gerador), cabendo à contratada a disponibilização de coletores e a execução do transporte externo, tratamento e destinação final, com emissão de Certificados de Destinação Final (CDF). Os serviços deverão observar as normas dos órgãos fiscalizadores competentes e o tratamento/destinação final deverão ocorrer em empresas e aterros sanitários devidamente licenciados pelo órgão ambiental, sem ônus adicional para a contratante.

2.7 Há de se considerar ainda que se trata de serviço de natureza contínua, sendo certo que uma eventual interrupção poderia ocasionar transtornos à manutenção das condições de higiene e aspectos ambientais das unidades, sendo dessa forma, imprescindível a contratação do serviço em tela. Desta forma, visando a melhor qualificação e eficácia dos serviços para a Administração, torna-se necessário a contratação de empresa especializada, com pessoal capacitado para a realização dos Serviços de Coleta de Lixo da PNNSG.

2.8 A licitação será de apenas 01 (um) lote, composto por 03 (três) itens, tendo em vista que a licitante vencedora do lote teria redução de seus custos operacionais, uma vez que possuirá os meios necessários a uma adequada

segregação dos resíduos no momento da sua geração e disposição nos coletores adequados, os quais serão fornecidos em regime de comodato. A opção pela adjudicação por lote único fundamenta-se nos Arts. 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021.

2.9 A natureza integrada do gerenciamento de resíduos exige unicidade logística: a divisão do objeto prejudicaria a padronização dos recipientes e poderia gerar conflitos de responsabilidade técnica entre diferentes fornecedores dentro do ambiente hospitalar. Tal modelo assegura economia de escala e celeridade processual e melhor controle fiscalizatório, em harmonia com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1590/2004 e nº 501/2010 – Plenário).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória- Departamento de Apoio à Saúde	Dayane Salazar de Oliveira Santana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 A documentação exigida como Qualificação Técnica deve demonstrar aptidão técnica do licitante para execução do objeto a ser contratado. Desta forma o licitante deverá apresentar:

4.1.2 Atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA-RJ/ CAU/ CRQ da região a que estiver vinculada o profissional, comprovando já ter executado tais serviços de forma satisfatória, serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação em todos os itens da planilha.

4.1.3 Registro da empresa e seus respectivos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou CRQ da jurisdição da sede do proponente, demonstrando possuir Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Químico ou Engenheiro Civil ou ainda Engenheiro comprovadamente autorizado pelo CREA/CAU/CRQ para desenvolver atividade compatível com transporte de resíduos em seu quadro técnico. Caso a licitante seja de outro estado, por ocasião da contratação, deverá apresentar certidão com visto nos conselhos: CREA-RJ / CAU-RJ/CRQ A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa poderá ser feita através de certidão expedida pelo Conselho Regional.

4.1.4 Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior na área de Engenharia Sanitária ou engenheiro Civil comprovadamente autorizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou CRQ da jurisdição da sede do proponente para desenvolver atividade sanitaria ou química, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

4.1.5 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e prestador de serviços, com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, conforme entendimento da jurisprudência consolidada do TCU, Acórdãos nº 2.471/2007, nº 1.265/2009, nº 1.282/2010, nº 1.028/2011 e nº 2.353/2011, todos do Plenário).

4.1.6 A licitante deverá apresentar a licença de operação válida (LO) para coleta, transporte e disposição final dos resíduos, bem como outros documentos exigidos pela autoridade ambiental, para o funcionamento da atividade.

4.1.7 A licitante deverá apresentar a licença de operação (LO) para coleta, transporte, tratamento físico-químico e microbiológico e disposição final dos efluentes especificados, bem como outros documentos exigidos pela autoridade ambiental, para o funcionamento da atividade.

4.1.8 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja previamente aprovada pela Administração.

4.1.9 A(s) Licitante (s) deverá (ão) possuir Engenheiro ou Técnico de Segurança no Trabalho no quadro permanente da Empresa, na data prevista para entrega da proposta, ou Declaração de Compromisso de vinculação futura do profissional, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou declaração informando a não necessidade de constituir Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho– SESMT, em atenção ao disposto no Anexo II, da NR nº 04;

4.1.10 Deverão apresentar Licença Ambiental ou termo equivalente concedida pelo órgão ambiental competente, licenciando a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de coleta de lixo, com fins de cumprir o previsto no grupo 47, anexo I, Art. 3º do Decreto nº. 42159 de 02 de dezembro de 2009, do Governo do Estado do RJ;

4.1.11 Por haver transporte de produtos químicos controlados e vencidos, a empresa deverá comprovar habilitação expedida por órgão federal – Certificado de Licença de Funcionamento para transporte de produtos químicos controlados sujeitos a controle e fiscalização nos termos da lei 10.357/01;

4.1.12 Apresentar o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP; e o Certificado de Inspeção Veicular – CIV dos veículos utilizados para o transporte de RSS de acordo com o decreto nº 96.044/98.

4.1.13 Apresentar o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP; conforme a Instrução Normativa nº 31, de 03/12/2009 do IBAMA, sobre a potencialidade poluidora da licitante, devendo, obrigatoriamente, ser apresentado, dentro da validade, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CFT/APP;

4.1.14 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo IBAMA, conforme previsto na Instrução Normativa nº 08, de 18 de setembro de 2003;

4.1.15 A empresa contratada deverá apresentar a Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos expedida pelo IBAMA. A apresentação dessas licenças é fundamental para o início dos serviços.;

4.1.16 Certificado de credenciamento da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, para prestação dos serviços, conforme previsto nos arts. 64 e 65 da Lei 3.273/01 e Norma da COMLURB

4.1.17 (Atestado de conformidade de frota).16. Cópia do contrato com o aterro sanitário de tratamento/destinação final, incluindo a licença ambiental de operação do aterro, ou do método de disposição final do resíduo conforme RDC CONAMA nº 237/1997;

4.1.18 Declaração de que dispõe de aparelhamento e de pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da presente licitação.

4.1.19 Atendimento às Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A empresa deverá apresentar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – (PPRA); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – (PCMSO); Cartão de Vacinação dos Funcionários responsáveis pela coleta e transporte de Resíduos de Serviços de Saúde;

4.1.20 Se o tratamento por incineração e/ou a disposição final dos resíduos for ocorrer em Estado diverso do local da coleta, a empresa deverá apresentar, ainda: Licença de operação (LO) para transporte, incineração e disposição final expedida pelo Estado sede do local onde ocorrerá a incineração e/ou a disposição final;

4.1.21 Apresentar documentos do(s) Estado(s) onde os resíduos serão armazenados, incinerados e/ou depositados atestando que não há vedação para incineração e/ou depósito dos resíduos perigosos de outros Estados, com base no disposto na Resolução nº 237/97 do CONAMA;

4.1.22 Conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos produzidos pelos locais indicados pela OM, juntamente com os funcionários da contratante às suas expensas, sujeito à aprovação da autoridade competente;

4.1.23 O licitante que sabidamente não possuir condições de contratação estará sujeito às sanções previstas na legislação;

4.1.24 Observar os quantitativos de materiais a serem empregados na prestação dos serviços em tela e a forma de execução dos mesmos;

4.1.25 Poderá ser exigida a título de diligência, com fins de atender a legislação que rege o objeto licitado os seguintes documentos:

4.1.26 Plano de Assistência Emergencial (PAE), em caso de interrupção do processo de coleta até a disposição final dos resíduos com disponibilidade de atendimentos emergenciais químicos 24 horas por dia e o contrato com a empresa especializada em atendimento emergencial para acidentes com produtos perigosos (PP).

4.1.27 As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.1.28 use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.29 adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.30 observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.31 forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.32 realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.33 realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.34 respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.1.35 preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto.

4.1.36 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

4.1.37 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.2 Do(s) item(ns) e dos padrões mínimos de qualidade:

4.2.1 a relação de itens e dos padrões mínimos de qualidade está disposta no Mapa comparativo de Preços, inserida nos autos do processo.

4.3 Do levantamento de CATMAT/CATSER

4.3.1 O Catálogo de Materiais/Serviços Sustentáveis do Ministério da Economia, disponível no site Compras Governamentais (Comprasnet), foi consultado para escolha do CATMAT/CATSER dos itens. No entanto, devido à singularidade do objeto da contratação, não houve êxito na identificação de itens classificados como sustentáveis.

4.4 Do não enquadramento do objeto como bem de luxo

4.4.1 Após consulta aos normativos vigentes (art.20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021), atesta-se que o objeto não se enquadra como bem de luxo.

4.5 Da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

4.5.1 Esclarece-se que foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição, não sendo identificados critérios específicos para o objeto da contratação.

4.6 Da margem de preferência, conforme artigos 26 e 27 da Lei nº 14.133/2021

4.6.1 Não serão estabelecidas no Edital hipóteses de utilização da margem de preferência. No momento de elaboração deste Estudo, não foram localizados decretos vigentes versando sobre o escopo dessa contratação.

4.7 Dos limites de contratação previstos no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019

4.7.1 Quanto à natureza da atividade a ser contratada, esclarece-se que se trata de atividade de custeio.

4.7.2 Conforme o parágrafo único do art. 2º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, o enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

4.8 Da Adequação da Modalidade Licitatória

4.8.1 Classificação dos Bens e Definição da Modalidade Licitatória

4.8.1.1 O serviço abrangido no objeto da contratação pretendida são classificados como **comuns**. Consideram-se, como tal, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.8.1.2 Conforme o estabelecido no art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

4.9 Da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

4.9.1 Considerando o exemplo dos pregões anteriores e em conformidade com o disposto no art. 40, III, da Lei nº 14.133/2021, **será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Tal medida justifica-se determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo.

4.10 Da participação de empresas em consórcio

4.10.1 Conforme Art. 9º, I, “a”, e art. 15 da Lei nº 14.133/21, não será admitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto da presente licitação não contempla a aquisição de bens de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

4.11 Da participação de pessoas físicas

4.11.1 Conforme p parágrafo único da IN SEGES/ME nº 166/2021, não será permitida a participação de pessoas físicas, uma vez que a contratação exige da contratada uma estrutura de equipamentos que sejam compatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

4.12 Da elaboração dos Documentos de Planejamento em Módulo do Comprasnet

4.12.1 Participa-se que os documentos de planejamento foram elaborados na Plataforma Comprasnet e a pesquisa de preços foi realizada através de consultas informais a empresas atuantes na região, com experiência na execução dos serviços de manejo de resíduos de serviços de saúde, sendo todos os documentos anexados na plataforma.

4.12.2 Participa-se que os documentos de planejamento encontram-se em conformidade com as regras e procedimentos da IN ME 81/2022.

4.13 Do relatório com informações da contratação anterior

4.13.1 Nos termos da alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021 e inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, esclarece-se que não se trata da primeira contratação deste serviço, e que atualmente esta PNNSG está sendo suprida pela Contratação Direta 90037/2025, sob a égide da Lei 14.133/2021.

4.14 Da consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização

4.14.1 Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> não sendo identificados itens que se assemelham ao objeto do referido certame.

5. DEFINIÇÕES

5.1. Definições

5.1.1 ABRIGO EXTERNO DE RESÍDUOS: local destinado à guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado aos coletores;

5.1.2 ATERRO SANITÁRIO: técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, por meio de confinamento em camadas cobertas com material inerte, segundo normas específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança, minimizando os impactos ambientais de acordo com a RDC ANVISA nº 306/04;

5.1.3 BOMBONA: recipiente fabricado de material compatível com o resíduo armazenado, sempre que possível de plástico, resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada, vedante, de material inquebrável e com profundidade suficiente para conter, com a devida margem de segurança, o volume total do rejeito, de acordo com a RDC 306/04 da ANVISA;

5.1.4 CAÇAMBA COM TAMPA ARTICULADA – recipiente com tampa móvel e rodas, destinado ao acondicionamento de resíduos sólidos, confeccionada de material rígido, lavável, impermeável, com cantos e bordas arredondados, e identificados de acordo com o tipo de resíduo;

5.1.5 COLETA E TRANSPORTE EXTERNO – recolhimento dos resíduos armazenados no abrigo externo e seu transporte para o tratamento ou disposição final utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana;

5.1.6 COLETA SEMI - AUTOMATIZADA – consiste na utilização de dispositivos que permitem acoplar os contêineres de plástico junto ao veículo de transporte, devidamente credenciado pela COMLURB para realização do serviço de coleta, permitindo bascular totalmente os resíduos dentro do caminhão;

5.1.7 CONTEINER – recipiente fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), que atende às normas ANSI Z 245-60 e ANSI Z 245-30, de acordo com a RDC 306/04 da ANVISA;

5.1.8 DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO (AVB) é o ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental altera dados constantes de Licença ou Autorização Ambiental. As Licenças Ambientais poderão ser averbadas para registro de alterações, quando cumpridos os requisitos exigidos pelo órgão ambiental;

5.1.9 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, atendendo às peculiaridades de cada atividade profissional ou funcional;

5.1.10 ESTABELECIMENTO – denominação dada a qualquer edificação destinada à realização de atividades de prevenção, produção, promoção recuperação e pesquisa na área da saúde ou que estejam a ela relacionados;

5.1.11 LICENCIAMENTO AMBIENTAL – é o procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

5.1.12 LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO) – ato administrativo que autoriza o início de uma atividade, ou empreendimento. É concedida depois de atendidas as condições da Licença de Instalação e Licença Prévia, bem como do adequado funcionamento das medidas de controle ambiental, equipamentos de controle de poluição e demais condicionantes determinados;

5.1.13 MANEJO – é entendido como a ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a disposição final, incluindo as seguintes etapas;

5.1.14 SEGREGAÇÃO – Consiste na separação dos resíduos no momento e local da sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos;

5.1.15 ACONDICIONAMENTO – Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e rompimento. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduos;

5.1.16 IDENTIFICAÇÃO – Consiste no conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos RSS;

5.1.17 TRANSPORTE INTERNO – Consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta;

5.1.18 TRANSPORTE EXTERNO – Consiste na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana;

5.1.19 TRATAMENTO – Consiste na aplicação de método de esterilização por autoclave a vapor que modifica as características dos riscos inerentes aos resíduos eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente, de acordo com a Resolução ANVISA 306. O tratamento será aplicado em estabelecimento próprio, observadas nestes casos, as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objetos de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. O Sistema de esterilização de resíduos de serviços de saúde é o conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, e biológicas dos resíduos, devendo promover a sua descaracterização, visando a minimização do risco à saúde pública, à preservação da qualidade do meio ambiente, à segurança e à saúde do trabalhador e o atendimento a Resolução ANVISA 306;

5.1.20 DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – é a prática de dispor os resíduos sólidos no solo previamente preparado para recebê-los, de acordo com critérios técnico construtivos e operacionais adequados, em consonância com as exigências de órgãos ambientais competentes;

5.1.21 MANIFESTO DE RESÍDUOS – Instrumento de controle emitido pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que, com uso de formulário próprio, permite conhecer e controlar a forma de destinação final de resíduos dada pelo gerador, transportador e receptor de resíduos;

5.1.22 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (PGRSS) - Instrumento normativo que define as ações relativas ao manejo dos resíduos com o propósito de minimizar a produção destes proporcionando, assim, o seu encaminhamento seguro quanto a proteção da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente e contemplando ainda os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final;

5.1.23 RESÍDUO – Material desprovido de utilidade pelo seu possuidor;

5.1.24 RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) – são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços definidos no art. 1º da Resolução CONAMA 358/05 que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final;

5.1.25 RESÍDUOS INFECTANTES (GRUPO A) – Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção. Não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados para qualquer fim;

5.1.26 RESÍDUOS QUÍMICOS (GRUPO B) – Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade; Produtos hormonais e produtos antimicrobianos, citostáticos antineoplásicos, imunossupressores, digitálicos, imunomoduladores, antirretrovirais quando descartados por serviços de saúde, farmácia, distribuidores de medicamentos ou apreendidos, e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações. Resíduos saneantes, desinfetantes, resíduos contendo metais pesados, reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores, efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas e demais produtos considerados perigosos como pilhas, baterias e acumuladores de carga contendo Chumbo (Pb), Cádmio (Cd) e Mercúrio (Hg), conforme classificação NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos);

5.1.27 RESÍDUOS EXTRAORDINÁRIOS OU COMUNS (GRUPO D) – Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Dentre eles destacam-se: produtos de papel de uso sanitário, fralda, absorventes higiênicos; material utilizado em antisepsia e hemostasia de venóclises, equipo de soro e outros similares não classificados como substância infectante (A1); sobras de alimentos e do preparo de alimentos; resto alimentar de refeitório, resíduos provenientes de áreas administrativas; resíduos de varrição, flores, podas e jardins; resíduos de gesso provenientes da assistência à saúde, segundo RDC 306/2004 da ANVISA;

5.1.28 RESÍDUOS PERFUROCORTANTES (GRUPO E) – Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, ampolas de vidro, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, espátulas e outros similares;

5.1.29 REDUÇÃO DE CARGA MICROBIANA – aplicação de processo que visa a inativação microbiana das cargas biológicas contidas nos resíduos;

5.1.30 REDUÇÃO NA FONTE – Atividade que reduza ou evite a geração de resíduos na origem, no processo, ou que altere propriedades que lhe atribuam riscos, incluindo modificações no processo ou equipamentos, alteração de insumos, mudança de tecnologia ou procedimento, substituição de materiais, mudanças na prática de gerenciamento, administração interna do suprimento e aumento na eficiência dos equipamentos e dos processos;

5.1.31 VEÍCULO COLETOR – veículo utilizado para a coleta externa e o transporte de resíduos de serviços de saúde.

6. Fundamentação Legal e Normativa

6.1 Tem por finalidade de atender as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 358/05, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC nº. 222/2018 e suas atualizações, Norma Técnica 42-10-01 e 42-60-01 COMLURB, Diretrizes DZ-1310. R-7 e DZ 1311 e DZ 1317 do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Lei 3.273, de 06/09/2001 referente à Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro, além da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e lei 14133 de 2021. Neste sentido, cabe destacar que o não tratamento dos resíduos pode resultar em multas ou até mesmo interdição das Policlínicas por meio dos órgãos competentes.

7. Levantamento de Mercado

7.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis e avaliar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pela Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG).

7.2 Para tanto, foram realizadas consultas informais a empresas atuantes na região, com experiência na execução de serviços de manejo de resíduos de serviços de saúde, abrangendo os Grupos A (infectantes), B (químicos), D (resíduos comuns) e E (perfurocortantes). As consultas tiveram caráter exploratório, com a finalidade de obter subsídios para o planejamento da contratação, especialmente quanto às práticas adotadas no mercado, modelos de prestação do serviço e forma de cobrança por tipo de resíduo.

7.3 A partir das informações obtidas, verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas capazes de atender integralmente às necessidades da Administração, oferecendo soluções completas que englobam todas as etapas do manejo externo dos resíduos, desde a coleta até a destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.

7.4 Observou-se, ainda, que a forma predominante de contratação adotada no mercado consiste na prestação de serviço contínuo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com precificação diferenciada por grupo de resíduo, considerando suas características, riscos associados e métodos de tratamento empregados.

7.5 O levantamento realizado evidenciou a existência de concorrência suficiente, o que possibilita a adoção de procedimento licitatório competitivo, favorecendo a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

7.6 Ressalta-se que as informações coletadas serviram exclusivamente para subsidiar o Estudo Técnico Preliminar, a definição da solução adotada e a estimativa de custos, não gerando direito ou expectativa de contratação para os fornecedores consultados.

7.7 Não foram encontrados óbices para aplicação do previsto nos incisos I e III, do artigo 48, da LC 123/06, que estabelece que os itens de contratação de até R\$ 80.000,00 deverão ser exclusivos das ME/EPP. O Termo de Referência indicará os itens que serão contemplados com esse tratamento diferenciado, que deverão estar identificados no Termo de Referência.

8. Descrição da solução como um todo

8.1 A solução que melhor atende às necessidades do Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG) é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo, sem mão de obra exclusiva, para serviços de coleta, transporte externo, tratamento e disposição final de Resíduos Sólidos e Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A (infectantes), Grupo B(químico) e Grupo D (comum ou extraordinário) e E (perfurocortantes) para local apropriado conforme legislação vigente, gerados na Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG) por meio de Pregão Eletrônico.

8.2 Forma de Prestação dos Serviços:

8.2.1 Prestação de serviço diário de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final de resíduos de natureza infectante, químico, comum e perfurocortante, pertencentes respectivamente aos Grupos A, B, D e E (Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA). Ressalta-se que estes resíduos são provenientes das diversas atividades desenvolvidas na PNNSG.

8.3 Exigências quanto às especificações dos itens:

8.3.1 Foram identificadas as seguintes exigências quanto às especificações dos itens: Os bens deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante: (i) à proteção, à saúde e à segurança, que constam na Seção I do Capítulo IV; e (ii) aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 e seguintes do referido diploma legal

8.4 Da exigência de amostra ou prova de conceito:

8.4.1 Considerando a natureza habitual da aquisição, não será exigida amostra ou prova de conceito no presente processo licitatório.

8.5 Dos requisitos de habilitação das Licitantes:

8.5.1 São as cláusulas de Qualificação Técnica, aquelas dispostas no modelo de TR disponibilizado pela Advocacia Geral da União.

8.5.2 Serão incluídos os requisitos de Qualificação Econômico-Financeira constantes na minuta-padrão de Termo de Referência da AGU, uma vez que foi levantado o risco de contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado.

8.6 Do prazo de entrega:

8.6.1 O prazo de entrega/Início do serviço será iniciado após assinatura do contrato. Todo o custo de pela execução do serviço será de responsabilidade da Contratada.

8.6.2 O transporte (frete, carga e descarga) dos materiais do objeto que se fizerem necessários, até o local de entrega é de inteira responsabilidade da Contratada.

8.6.3 Em caso de produtos com defeitos ou de má qualidade, a Contratante reserva-se o direito de devolver os produtos, devendo ser substituídos por outros dentro dos padrões de qualidade especificados, com custos de logística reversa sendo de responsabilidade do fornecedor.

8.7 Do contrato ou instrumento equivalente:

8.7.1 Com fundamento n Lei 14.133/2021, O CONTRATO disponibilizado pela AGU/RJ será o instrumento do acordo entre as partes.

8.8 Das providências para adequação do ambiente da OM:

8.8.1 O objeto do Pregão não requer adequação das instalações da OM.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base em levantamento técnico-operacional fornecido pela responsável pelo controle da coleta de resíduos da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG), considerando os dados históricos e as rotinas atuais de geração de resíduos da unidade.

9.2 A metodologia adotada consistiu na utilização dos subsídios formais encaminhados pelo setor responsável, os quais contemplam informações referentes aos tipos de resíduos gerados, à frequência de coleta, aos volumes médios produzidos e às condições operacionais vigentes, permitindo uma estimativa compatível com a realidade da demanda institucional.

9.3 Coleta dos Resíduos dos grupos A, B, D e E:

Grupo de Resíduo	Tipo de Resíduo	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade Estimada Anual
Grupo A + E	Infectante e Perfurocortante	kg	30	360
Grupo B	Químico	kg	2,5	30
Grupo D	Comum	kg	180	2160

9.3.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG) - Rua Conde de Bonfim, 54 - Tijuca – Rio de Janeiro.

a) Recolher três vezes por semana nas segundas, quartas e sextas-feiras, 42 (quarenta e dois) contêineres de 240 L (duzentos e quarenta litros) para acondicionamento de resíduos do Grupo D (Comuns ou Extraordinário) com um total de 13 (treze) vezes no mês;

b) Recolher duas vezes por semana nas segundas, quartas e sextas-feiras, sete (sete) contêineres de 240 L (duzentos e quarenta litros) para acondicionamento de resíduos dos Grupos A e E (Infectantes) com um total de 30 (trinta) no mês;

c) Recolher sob demanda bombona de 05 L (cinco litros) para acondicionamento de resíduos do Grupo B (Químicos). A data será determinada pelo Fiscal do Contrato com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

9.3.2 Os resíduos dos diferentes grupos serão armazenados em contêineres de 240 Litros, devidamente identificados, que, por sua vez, ficarão armazenados no Abrigo Externo de Resíduos da PNNSG.

9.4 Coleta e Transporte Externo:

9.4.1 A coleta e o transporte externo dos resíduos de saúde devem atender a legislação vigente e deve atender todas as normas da ABNT, entre elas a NBR 12810, NBR 14652, NBR 9735, NBR 15071, NBR 14619, NBR 15480, NBR 14095, NBR 7500 e NBR 13221 da ABNT.

9.4.2 É vedada a utilização de veículos não credenciados para a execução de Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde de acordo com as NR 42-10-01 e NR 42-60-01 da COMLURB. Os veículos credenciados para execução dos serviços deverão ser de uso exclusivo para atendimento da coleta de resíduos de saúde sendo vedada sua utilização para outros serviços de remoção de resíduos.

9.4.3 Os veículos devem ser mantidos permanentemente limpos, pintados e identificados segundo padronização visual a ser submetida à aprovação da COMLURB (NR 42-10-01) que neste caso, deverá manifestar-se formalmente sobre sua aceitação, através de licenciamento. Os veículos credenciados deverão possuir em local visível o nome da municipalidade, o nome da empresa coletora (endereço e telefone) a especificação dos resíduos transportáveis, com o número ou código estabelecido na NBR 10004, NBR 7.500 e NBR 12810.

9.4.4 Os veículos credenciados deverão atender aos limites de padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora em observância à legislação pertinente e às normas específicas. A contratada deverá atender a legislação

vigente acerca do transporte de resíduos perigosos, sendo vedado o transporte de resíduos, no mesmo veículo ou contêiner, de produto perigoso com outro tipo de mercadoria, ou com outro produto perigoso, salvo se houver compatibilidade entre os diferentes produtos transportados, conforme o Decreto nº 4.097/2002.

9.4.5 Os motoristas e trabalhadores da empresa prestadora de serviços, deverão usar uniformes, crachá de identificação, equipamentos de proteção individual - EPI (luvas de borracha de cano longo, sapatos e avental impermeáveis, óculos de acrílico, máscara).

9.4.6 Para garantir a manutenção das condições de higiene e limpeza dos locais, os veículos credenciados deverão ser equipados com dispositivos de drenagem e acumulação de "chorume", que impeçam seu vazamento em logradouro quando em operação e deverá ser utilizado veículo não compactador para a execução dos Serviços e Transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde. Os veículos transportadores terão que ser submetidos à lavagem e desinfecção simultânea, obrigatoriamente após o término da jornada de trabalho.

9.4.7 Os contêineres deverão seguir o especificado acima ou outro que atendam as necessidades de acondicionamento dos resíduos e que estejam de acordo com as normas em vigor. Outrossim, a contratada fica na obrigação do fornecimento e substituição imediata dos contêineres sempre que solicitado, sem ônus para a contratante.

9.4.8 Todos os veículos credenciados para remoção de resíduos sólidos extraordinários e resíduos infectantes (com risco biológico) deverão ser equipados com dispositivos de drenagem e acumulação de chorume, com exceção daqueles destinados a transportar exclusivamente contêineres estanques. A empresa deverá realizar a retirada dos resíduos dos Grupos A e E em caminhão baú fechado em esquema de troca de contêineres (leva o contêiner com resíduo e deixa o higienizado em igual proporção).

9.4.9 Os contêineres deverão obedecer às seguintes especificações: carro para transporte em plástico polipropileno, resistente, na cor branca para o resíduo dos Grupos A e E (Infectantes), na cor marrom para o Grupo D (orgânico – proveniente do rancho e das copas dos andares). Todos com tampa, com rodas revestidas de material que impeça ruídos, com cantos e arestas arredondadas, devidamente identificado com símbolo para resíduos infectantes ou resíduos comuns conforme a RDC n.º 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA.

9.4.10 Os resíduos dos Grupos A e E (Infectantes) que receberem tratamento prévio poderão ser encaminhados, juntamente, com os resíduos comuns, para o local devidamente licenciado pelos órgãos de controle ambiental.

9.4.11 Os contêineres deverão ser substituídos, imediatamente quando não estiverem em perfeitas condições de uso ou quando solicitado pela Contratante.

9.4.12 Os sacos plásticos, utilizados no acondicionamento dos resíduos atenderão ao disposto nas NBR's 9190/93 e 9191/2000 da ABNT, sendo preenchidos até 2/3 (dois terços) de sua capacidade, fechados de tal forma a não permitir o seu derramamento e mantidos íntegros até a disposição final.

9.4.13 A coleta deverá ser semi automatizada, sendo vedada a retirada manual dos sacos com resíduos dos contêineres.

9.4.14 A caçamba de capacidade de 5m³ destinada para poda e jardinagem deverá ser constituída de material rígido, não permitindo vazamento de líquidos; deverá ainda possuir tampa articulada ao próprio corpo do equipamento e rodas.

9.5 Coleta dos Resíduos do Grupo B:

9.5.1 A coleta de resíduos do Grupo B será realizada conforme necessidade dos setores de cada Organização Militar (OM) e de acordo com o quadro acima. Deverão ser fornecidas bombonas resistentes, rígidas, estanques, de boca grande e tampa rosqueável, para o armazenamento dos resíduos químicos líquidos e bombonas de papel/papelão ou recipiente similar para armazenamento de resíduos químicos sólidos.

9.5.2 As bombonas deverão estar em perfeito estado de conservação durante todo o processo de coleta até a disposição final. A reposição destes recipientes vazios deverá ocorrer no momento da retirada do resíduo químico.

9.5.3 Os recipientes (contêineres e bombonas) deverão ser substituídos, imediatamente quando não estiverem em perfeitas condições de uso ou quando solicitado pela Contratante.

9.5.4 A solicitação para execução do serviço além do estabelecido neste Termo deverá ser realizada através de qualquer mecanismo eletrônico pela Contratante e/ou por telefone com 48 horas de antecedência.

9.5.5 A contratada deverá atender a legislação vigente acerca do transporte de resíduos perigosos, sendo vedado o transporte de resíduos, no mesmo veículo ou contêiner, de produto perigoso com outro tipo de mercadoria, ou com outro produto perigoso, salvo se houver compatibilidade entre os diferentes produtos transportados, conforme o Decreto nº 4.097/2002.

9.5.6 A contratada deverá efetuar o serviço de Acondicionamento e Coleta dos Resíduos Químicos, seguindo as instruções das Resoluções vigentes e as suas atualizações– RDC nº 306/04 da ANVISA, RDC nº 358/05 do CONAMA e Normas Técnicas/ABNT.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 93.118,00

10.1 O valor final total estimado para a licitação foi de **R\$ 93.118,00**.

10.2 A estimativa de valor da contratação realizada nesse ETP visa a levantar eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

10.3 Tal valor foi obtido a partir de pesquisa nos termos da Instrução Normativa n º 58/2022, conforme descrito nos Estudos Técnicos Preliminares

10.4 Foram realizadas pesquisas de preços junto às empresas especializadas.

10.5 No caso dos serviços em tela, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no âmbito da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 Considerando que os resíduos produzidos pela PNNSG necessitam de procedimentos diferenciados, agrupamos os itens de acordo com características, destinações e legislações pertinentes, bem como considerando o agrupamento utilizado na última licitação institucional para o objeto. O agrupamento, da forma aqui proposta, não será um obstáculo à ampla concorrência, devido ao fato de que as empresas que atuam nesses ramos realizam os serviços descritos nos itens agrupados.

11.2 Ressalta-se que na última licitação a disposição dos grupos e itens da forma proposta não trouxe prejuízos ao certame. Do ponto de vista da fiscalização do contrato e gestão dos serviços, o agrupamento apresenta-se favorável às atividades, visto que os responsáveis poderão gerir os contratos de forma mais assertiva. Logo, o agrupamento dos itens conforme suas características, atende aos pressupostos de economicidade para a Administração.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Art. 9º, VIII, da IN SEGES/ME Nº 58/2022

12.1 As contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto

principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para a sua completa prestação. No caso da presente licitação, não há contratações correlatas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 A presente contratação de serviço continuado de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos encontra-se alinhada ao planejamento institucional deste órgão, estando vinculada às necessidades permanentes identificadas no âmbito de suas atividades finalísticas e administrativas, em consonância com os instrumentos de planejamento vigentes, em especial o Plano Anual de Contratações.

13.2 A contratação é indispensável para assegurar a continuidade dos serviços, a manutenção das condições sanitárias e ambientais adequadas e o cumprimento das normas de saúde pública e ambientais aplicáveis, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos institucionais e para a prestação eficiente e segura dos serviços públicos, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.3 A PNNSG adotou o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC. Outrossim, a OM também dispõe de ferramenta de planejamento de contratações, consubstanciada no Sistema de Acompanhamento Financeiro (SAFIN). A presente contratação está prevista como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos) desta PNNSG.

13.4 Certifica-se que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

14. Atribuições e Responsabilidades

14.1 Atribuições e Responsabilidades da contratada:

14.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixa do pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou in correções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediata mente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor corres pondente aos danos sofridos;

14.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executa dos, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.1.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente públi co ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês

seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme o disposto nos arts. 62, 63, 92 e 116 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.1.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.1.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.1.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive no que se refere aos custos variáveis resultantes de fatores futuros e incertos, tais como os valores estimados para o fornecimento de vale-transporte, devendo proceder à sua complementação sempre que o montante inicialmente previsto em sua proposta se revelar insuficiente para a adequada execução do objeto contratual. Excetuam-se dessa obrigação as hipóteses de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizados fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como demais situações legalmente admitidas.

14.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

14.1. 21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.1.22. Assegurar à CONTRATANTE a titularidade plena dos direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos, soluções, sistemas, projetos, especificações técnicas, documentações e demais bens imateriais desenvolvidos no âmbito da execução contratual, inclusive quanto às adaptações, evoluções, customizações e atualizações que venham a ser realizadas, os quais serão incorporados ao patrimônio da Administração de forma definitiva, a partir do recebimento de cada parcela contratual: a) A CONTRATANTE poderá utilizar, reproduzir, modificar, distribuir e explorar economicamente tais produtos, no todo ou em parte, por prazo indeterminado, no território nacional ou internacional, sem qualquer limitação ou ônus adicional. b) Os direitos autorais patrimoniais sobre a solução, o projeto, suas especificações técnicas, a documentação produzida e congêneres, bem como sobre todos os produtos gerados durante a execução do contrato, inclusive aqueles desenvolvidos por terceiros subcontratados, pertencerão exclusivamente à CONTRATANTE, sendo vedada a sua utilização, divulgação ou cessão pelo contratado sem autorização expressa da Administração, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais previstas em lei.

14.1.23. Com vistas a prevenção de possíveis impactos ambientais, tendo como referência o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU, a empresa deverá observar:

a) Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA

b) Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 7.500:2018, NBR 12807:2013, NBR 12808:2016, NBR 12809:2013, NBR 13853-1:2018 e NBR 9191:2008, e

c) Os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 12235:1992, NBR 12809:2013, NBR 12810:201

14.2 Atribuições e Responsabilidades da contratante:

14.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.2.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, e com a legislação tributária vigente.

14.2.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.2.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

14.2.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

14.2.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

14.2.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

14.2.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da margem de preferência prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1 Por meio da presente contratação, a PNNSG busca garantir, para si o cumprimento dos normativos vigentes, no que diz respeito a coleta de resíduos, como também, a qualidade necessária para prestar assistência médico-hospitalar para prevenção e promoção de saúde, em atenção básica e atenção especializada de média complexidade, como também obter economia de escala e redução dos custos logísticos da cadeia de suprimentos.

15.2 A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública e à manutenção dos recursos naturais. O gerenciamento deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC ANVISA nº 222/2018, que estabelece as boas práticas de gerenciamento sob a ótica sanitária.

16. Providências a serem Adotadas

16.1 Não há necessidade de alteração do ambiente da OM em função da presente licitação

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1 A correta destinação dos resíduos dos Grupos A, B, D e E é atividade essencial para a higiene hospitalar e segurança ambiental. A descontinuidade do serviço acarretaria riscos graves de contaminação e proliferação de vetores, comprometendo a integridade de pacientes e servidores, especialmente diante da microbiota hospitalar.

18. Disposição Final

18.1 A disposição final dos RSS oriundos da PNNSG somente poderão ocorrer em local que possua a Licença expedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), RDC nº 237/97 do CONAMA. Devendo atender as disposições

da RDC nº 358/2005 CONAMA. O controle dos resíduos deverá ser feito por meio de Manifesto de Resíduos, que deverá atender à Diretriz 1310- R-7 do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

18.2 Materiais a serem disponibilizados:

18.2.1 Os resíduos serão armazenados em recipientes a serem fornecidos pela Contratada: Contêineres de 240 litros (acondicionamento dos resíduos comum, infectante e químico), bombonas e caçambas estacionárias com tampa articulada e rodas.

18.2.2 Os contêineres deverão ser constituídos de material rígido, de alto impacto, lavável, impermeável, provido de tampa articulada ao corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados e com rodas revestidas de material que reduza o ruído, de acordo com as características estabelecidas pela RDC nº 306/2004 da ANVISA, em quantidades compatíveis com o volume de resíduos gerados pelas PNNSG, ANP, PNN e PNCG, podendo a quantidade de resíduos sólidos ser alterado no transcorrer do contrato.

18.2.3 Apresentar, por ocasião do início do serviço para avaliação da Contratante, o tipo de container que será fornecido e o quantitativo solicitado. O mesmo deverá estar de acordo com a RDC nº 306/2004 da ANVISA e ser compatível com área de armazenamento/abrigo externo da Contratante.

18.2.4 Os containeres deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo ser substituídos, no prazo de até 48 horas, quando não estiverem em perfeitas condições de uso ou quando solicitado, através dos Fiscais do Contrato.
e) Identificar os contêineres, conforme a RDC nº 306/2004 da ANVISA, com logomarca da empresa Contratada para o serviço de Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos, contendo o nome, endereço e telefone, fixados na parte externa dos contêineres.

18.2.5 A identificação do tipo de resíduo que comporta o container deve estar em local de fácil visualização, de forma indelével, com símbolos, cores e frases correspondentes ao tipo de resíduo contido no container, atendendo aos parâmetros referenciados na NBR 7.500 da ABNT, além de outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e ao risco específico de cada grupo de resíduo.

18.2.6 Os contêineres deverão obedecer às seguintes especificações: carro para transporte em plástico polipropileno, resistente, nas cores diferenciadas para cada grupo de resíduo, todos com tampa, com rodas revestidas de material que impeça ruídos, com cantos e arestas arredondados e devidamente identificados com simbologia para resíduo comum, respectivamente, conforme a RDC n.º 306/2004, da ANVISA.

18.2.7 Os contêineres deverão ser substituídos ou consertados no prazo máximo de até 72 horas quando não estiverem em perfeitas condições de uso ou quando solicitado pela Contratante.

18.2.8 As bombonas devem ser fornecidas em quantidade suficiente, constituída de material resistente, rígido, estanque, com tampa rosqueável e de boca grande para o armazenamento dos resíduos químicos líquidos e bombonas de papel/papelão para armazenamento de resíduos químicos sólidos.

18.2.9 As bombonas deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo ser repostas a cada coleta em quantidade igual aos recipientes coletados.

18.2.10 As caçambas estacionárias devem ser constituídas de material rígido, lavável, impermeável, providos de rodas e tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, com cantos e bordas arredondados e identificados com o símbolo correspondente ao risco do resíduo nele contido.

19. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da justificativa supracitada, fica evidenciada a vantajosidade da contratação de uma empresa especializada para realização do serviço em tela, sendo VIÁVEL a contratação. Os estudos preliminares evidenciam que a contratação é possível tecnicamente, além de ser fundamentalmente necessária. Diante do exposto, resta comprovada a viabilidade da aquisição pretendida

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

 Documento assinado digitalmente
DAYANE SALAZAR DE OLIVEIRA SANTANA
Data: 10/03/2026 11:59:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DAYANE SALAZAR DE OLIVEIRA SANTANA

Agente de contratação

RICARDO SILVA GUIMARAES

Autoridade competente